

CIÊNCIA JURÍDICA EM FORMAÇÃO: O PERFIL DOS EGRESSOS DA ÁREA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (PPGD-USP, 1989-2020)¹

Marco Antônio Moraes Alberto²

Introdução

O programa de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP) completa, em 2021, cinquenta anos ininterruptos, contados a partir das diretrizes elaboradas pelo Parecer Sucupira. Não é pouco. A experiência de meio século o torna, no plano da ciência jurídica, o programa mais antigo do país, e o que mais contribuiu, de um ponto de vista estritamente histórico e quantitativo, para a formação de quadros de ensino e pesquisa no campo jurídico brasileiro. Visto em perspectiva, o percurso institucional do programa se confunde com a própria história recente do Direito brasileiro.

Em uma área como a de Direito administrativo,³ que constitui o estudo de caso deste artigo, o fenômeno é ainda mais palpável, e vem refletido na relação entre o programa de pós-graduação e a construção de uma nova ordem constitucional, a partir da transição democrática brasileira. Daí a premissa desta pesquisa, de que o perfil de egressos constitui variável relevante e mensurável da participação do programa na construção de uma “ciência jurídica” propriamente nacional, e da influência da conjuntura social sobre o ensino e a pesquisa do Direito.

¹ Agradeço ao Professor Fernando Dias Menezes de Almeida, que, não se limitando a permitir que seu levantamento fosse amplamente utilizado na construção dessa pesquisa, deu também todo o estímulo necessário e a interlocução sempre amigável para que as minhas ideias pudessem se transformar neste artigo. De igual maneira, agradeço ao Professor Conrado Hubner Mendes, à Professora Danielle Hanna Rached, a Daniel Peixoto Murata e a Juliana Pacetta Ruiz, por conversas proveitosas que me conduziram a este trabalho. Pela leitura de versões preliminares deste capítulo, e pela viabilização de sua publicação, agradeço igualmente ao Professor Fernando Facury Scaff e à Professora Ana Elisa Bechara. Por fim, mas não menos importante, sou grato ao Professor Vítor Rhein Schirato, pela orientação do meu doutorado e pelo apoio integral de sempre, e à FAPESP, pelo financiamento do meu atual projeto de pesquisa (Processo nº 2017/13539).

² Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Pesquisador em tempo integral e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Coordenador do Grupo de Estudos sobre a Legalidade da Universidade de São Paulo (GELEG-USP). Foi Representante Discente na Comissão de Pesquisa da FDUSP (2018-2020). É Representante Discente no Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito desde 2017 (até 2021), e na Comissão de Pós-Graduação da FDUSP desde 2019 (até 2021).

³ Para usar de rigor, “Direito Administrativo” é, no programa de pós-graduação em direito da USP, uma subárea da área “Direito do Estado”. No entanto, nesta pesquisa, fez-se recorte formal restrito à “subárea” de “Direito Administrativo”, de modo a ser empiricamente indiferente, aqui, a existência da “área de Direito do Estado” (da qual participam, junto a subárea de direito administrativo, as subáreas “direito constitucional” e “teoria do Estado”). Em razão disso, e para evitar confusões aos leitores menos acostumados com a complexidade da pós-graduação em direito da USP, irei sempre me referir, neste texto, à “área de Direito Administrativo”, ainda que ela seja, do ponto de vista regimental, uma “subárea”.

Mapear o perfil profissional dos egressos do programa tem, assim, conteúdo semântico de “formação”, revelando uma direção a ser percorrida em seus dois sentidos: a formação da ciência jurídica nacional a partir do ensino e da pesquisa em Direito, e a formação de profissionais do Direito a partir da estrutura social, política e intelectual brasileira.

É, contudo, lugar-comum da sociologia jurídica latino-americana o argumento de que não existe clareza sobre a formação de profissionais do Direito. As causas da obscuridade seriam abundantes: a falta de reflexão sobre quem o ensino jurídico tem a pretensão de formar;⁴ a vasta difusão de experiências e modalidades de pós-graduação, no contexto de uma graduação que se torna cada vez mais insuficiente para o acesso ao mercado jurídico de ponta;⁵ a sobrevivência de uma “cultura jurídica tradicional”, “ortodoxa e ultrapassada”, que impediria que interesses avançassem na reformulação do ensino jurídico;⁶ a falta de políticas públicas consistentes e sistemáticas;⁷ a confusão entre ensino “manualista” e pesquisa científica;⁸ a multiplicidade de papéis, nem sempre conciliáveis, que as universidades são convocadas a exercer nas sociedades latino-americanas, marcadas por desigualdades sociais estruturais e historicamente persistentes.⁹

Um bom ponto de partida, senão para resolver, ao menos para compreender e equacionar essa infinidade de problemas, pode ser o do conhecimento empírico dos dados envolvidos. Todo diagnóstico metodologicamente consistente deve partir de dados, e é a isto que o presente artigo se propõe. Fornecer dados para futuros diagnósticos. Dando um passo para trás em relação às hipóteses acima mencionadas, este trabalho tem o *objetivo* de investigar o perfil profissional dos egressos do programa de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo. De que se ocupam depois da defesa de suas teses e dissertações? O que adquirem – e para que meios profissionais levam – o

⁴ GHIRARDI, José Garcez. *O instante do encontro: questões fundamentais para o ensino jurídico*. São Paulo: FGV, 2012, p. 48.

⁵ BERGOGLIO, María Inez. Cambios en la profesión jurídica en América Latina. *Revista sobre enseñanza del derecho*, v. 10, 2007, p. 13.

⁶ FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. Ensino e pensamento jurídico. In: *Baú de ossos de um sociólogo do direito*. Curitiba: Juruá, 2018, p. 40.

⁷ CHIROLEU, Adriana. La educación superior em América Latina: ¿Problemas insolubles o recetas inadecuadas? *Revista Avaliação*, v. 16, 2011, p. 649.

⁸ AFONSO DA SILVA, Virgílio. Debates – o que é pesquisa em direito? In: *O que é pesquisa em direito?* (VV.AA.). São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 61.

⁹ BRUNNER, José Joaquín; BALÁN, Jorge; COURARD, Hernán; COX, Cristián; DURHAM, Eunice; FANELI, Ana María García de; KENT, Rollin; KLEIN, Lúcia; LUCIO, Ricardo; SAMPAIO, Helena; SERRANO, Mariana; SCHWARTZMAN, Simon. *Educación superior em América Latina: una agenda de problemas, políticas y debates en el umbral del año 2000 – proyecto de políticas comparadas de educación superior*. Bogotá: Nacional, 1995, p. 3.

conhecimento que desenvolveram junto ao programa? Como (e quantos) se envolvem com docência? E, se o fazem, junto a que tipo de instituição de ensino?

Com essa série de questões, busca-se não apenas um “repositório de dados”, mas uma investigação da própria difusão social do programa. Em quais meios jurídicos o programa surte mais efeito? Em que medida o programa exercita algo como uma vocação de “formação docente”? Perguntas, portanto, que transcendem trajetórias de formação individual, e que, no agregado, constituem variáveis relevantes para a própria autoconstrução do programa de pós-graduação.

Para tentar responder a essas perguntas, o artigo propõe um estudo de caso a partir do universo de egressos da área de Direito Administrativo, tendo como horizonte temporal um período de 32 anos que coincide com o “pós-88” (1989-2020).

Além da introdução e da conclusão, o artigo se compõe de um tópico metodológico (seção 1), um tópico de contextualização do estudo empírico (seção 2), e de três seções de apresentação e análise de dados, que cuidam, em sequência, da visão geral do perfil dos egressos (seção 3), do detalhamento desse perfil por título e por período de tempo (seção 4), e da integração dos egressos a atividades de docência (seção 5).

1. Metodologia

Antes de avançar, é preciso fazer uma breve explicação metodológica. Não é usual, no Brasil, a mensuração do perfil de egressos das instituições de ensino superior (IES), seja no âmbito de graduação, seja no de pós-graduação. De uma maneira geral, mapeamentos desse tipo são realizados enquanto o discente ainda está vinculado à instituição de ensino, o que visa a subsidiar decisões de gestão universitária. Por outro lado, também têm sido cada vez mais comuns as abordagens do histórico pessoal de alunas e alunos ingressantes, o que têm contribuído significativamente para estudos de natureza socioeconômica e étnico-cultural. Políticas públicas incrementais – como políticas afirmativas e de equidade de gênero – são desenhadas a partir desse tipo de informação.¹⁰ O que dizer, no entanto, do acompanhamento de egressos?

O caráter relativamente recente da pós-graduação no Brasil ajuda a explicar a aparente escassez de dados a esse respeito, ao menos no que se refere à pós-graduação

¹⁰ Para ficar em apenas dois exemplos, citem-se o estudo “A ação afirmativa no ensino superior brasileiro”, elaborado em 2011 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares das Ações Afirmativas da Universidade de São Paulo (GEMAA), que foi a base para o posterior desenvolvimento, pelo Conselho Universitário, do sistema de cotas da USP, e a pesquisa coletiva “Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?”, publicada em 2019 pela Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Universidade de São Paulo (USP), que tem fomentado o debate sobre equidade de gênero em todas as instâncias de ensino, deliberação e pesquisa da Faculdade de Direito da USP.

em Direito.¹¹ A dificuldade em manter contato com os antigos discentes, após o término de seu vínculo com as instituições de ensino superior, é também um problema prático importante.¹² Mas, seja como for, os obstáculos em perfilar egressos não são aleatórios. Faltam dados consolidados, e os que existem não se encontram em bases sistematizadas e confiáveis.

Uma exceção, no interior desse cenário pouco convidativo, aparece na obra “Formação da teoria do Direito Administrativo no Brasil”, de Fernando Dias Menezes de Almeida, escrita em 2013 e publicada dois anos mais tarde.¹³ Não se trata exatamente de um levantamento de egressos, mas sim de um mapeamento de todas as teses e dissertações em Direito Administrativo apresentadas junto ao programa de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, entre 1988 e 2012. É natural, entretanto, que um levantamento desse tipo envolva os egressos, na medida em que teses e dissertações concluídas em um programa de pós-graduação constituem um marcador eficiente dos egressos desse programa. Em todo e qualquer programa de pós-graduação, quem defende – com êxito – uma tese ou dissertação se torna, automaticamente, egresso.

E foi esse o ponto de partida que animou a construção da metodologia do presente trabalho. Enquanto ângulo metodológico, partir do universo de teses e dissertações pareceu uma estratégia consistente para, a um só tempo, evitar recortes amostrais arbitrários e compensar a ausência de uma base de dados sistematizada de egressos.

A recorrência a um estudo de caso, concentrando o levantamento em uma área específica do programa – Direito Administrativo – não é casual. Ela não se dá apenas por preferências pessoais ou mesmo afetivas do autor. Trata-se do recorte proposto pelo aludido trabalho de Fernando Dias Menezes de Almeida, que não é só a base de inspiração da presente pesquisa, mas também a plataforma empírica onde ela se encontra sedimentada. Ademais, sendo uma área na qual – *disclaimer* – o autor tem trabalhado nos últimos seis anos, é natural que ele encontre maior facilidade e familiaridade no levantamento de dados internos a esse recorte.

Como foi dito, o universo de teses e dissertações oferece um ponto de partida para conhecermos o egresso: seu nome, o título de sua tese (ou dissertação), o nome de seu orientador(a) e o ano em que defendeu seu trabalho (logo, o ano em que se

¹¹ O programa de pós-graduação em direito mais antigo do Brasil é precisamente o da Universidade de São Paulo, instituído em 1970.

¹² Uma solução para essa dificuldade prática tem sido a instituição de associações voluntárias de ex-alunos, à inspiração do que acontece na experiência norte-americana. O “Alumni USP” e a “Associação de Antigos Alunos da Fundação Arcadas” são exemplos de iniciativas desse tipo.

¹³ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Formação da teoria do direito administrativo no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 377-390.

tornou egresso). O propósito desta pesquisa é aprofundar o conhecimento destes egressos, pesquisando sua posição no universo das profissões jurídicas. Que tipo de trabalho ele exercem após concluírem o programa? Como se apropriam dos conhecimentos ali adquiridos? Em quais setores do mercado jurídico o programa surte mais efeito?

Para tanto, foram organizadas duas grandes matrizes com o universo de teses e dissertações. Essas matrizes, em pesquisa linha a linha, deram o parâmetro para a investigação das ocupações profissionais dos egressos.

A primeira matriz – ANEXO 1 – é composta do universo de teses e dissertações defendidas na área de Direito Administrativo entre 1988 e 2012. Ela foi adaptada a partir do levantamento constante da já citada obra de Fernando Dias Menezes de Almeida. Na próxima seção deste capítulo, detalharei em que consistiu essa adaptação.

A segunda matriz – ANEXO 2 – é composta do universo de teses e dissertações defendidas na área de Direito Administrativo entre 2013 e 2020. Optei por atualizar o levantamento de Fernando Dias Menezes de Almeida, buscando por conta própria os dados necessários ao seu prolongamento até o ano de 2020. Mantive, contudo, os mesmos critérios de pesquisa da primeira matriz – nome do aluno(a), título da tese ou dissertação, nome do orientador(a) e ano de defesa.

As informações constantes nas matrizes – ANEXOS 1 e 2 – são públicas, o que autoriza sua reprodução integral neste trabalho. Foram utilizadas as bases da Universidade de São Paulo e, quando necessário, recorreu-se à análise manual de currículos e registros de biblioteca.

Já as informações de segunda ordem, que constituem a novidade da presente pesquisa, foram pesquisadas primeiramente em currículos abertos ao público (Lattes, ORCID, Fapesp, etc.) e, subsidiariamente, em plataformas digitais (sítios eletrônicos oficiais, de tribunais, de procuradorias, de órgãos de governo, do Ministério Público, etc., e sítios eletrônicos profissionais, de instituições de ensino superior e escritórios de advocacia). Como medida de proteção de dados, e em respeito à privacidade dos egressos, essas informações não serão aqui divulgadas individualmente, e não constam das matrizes anexas. As informações que serão expostas nas próximas seções tratam desses dados sempre de maneira conjunta, agregada e anonimizada, e se voltam para propósitos estritamente acadêmicos.

Todos os gráficos apresentados neste trabalho têm como fonte as duas matrizes referidas – ANEXOS 1 e 2 – e foram elaborados, pelo autor, especificamente para a construção desta pesquisa.

2. Do universo de teses e dissertações ao perfil de egressos

Como mencionei acima, esta pesquisa se baseia no levantamento proposto por Fernando Dias Menezes de Almeida, inclusive em seu recorte, um estudo de caso na área de Direito Administrativo. Mas há, aqui, uma diferença a ser considerada na construção desse recorte. O interesse de Fernando Dias Menezes de Almeida recaía, naquela obra, sobre uma “visão de conjunto”, a partir da qual seria possível observar “exemplos significativos de pesquisa”, padrões de “ênfase administrativista”, para assim identificar uma “teoria do Direito Administrativo”.¹⁴

Em razão dessa escolha metodológica, o autor inclui em seu levantamento teses e dissertações que, mesmo escritas em outras áreas do programa de pós-graduação, como Direito Econômico e Direito Processual, contém importantes indícios do tratamento teórico do Direito Administrativo no Brasil. Pela mesma razão, o autor também inclui teses docentes em sua matriz (teses de livre-docência e de titularidade).

O interesse deste artigo, nessa nuance, é diferente. Aqui, o objetivo é estudar uma área – em sentido formal – do programa de pós-graduação em Direito, como caso exemplar de seu perfil de egressos. Em razão disso, foram excluídas as teses e dissertações defendidas em áreas correlatas, bem como as teses docentes. Privilegiou-se, assim, um recorte estritamente formal, já que o interesse recai sobre o programa, e sobre a área de Direito Administrativo com um estudo de caso possivelmente generalizável no horizonte desse programa.¹⁵

A pesquisa também se restringiu ao intervalo dos últimos trinta e dois anos, simbolicamente demarcados pelo advento da atual Constituição da República, em 5 de outubro de 1988. Como o foco está no perfil recente de egressos, o intervalo foi dividido em quatro períodos de oito anos: 1989-1996, 1997-2004, 2005-2012, e 2013-2020. Os três primeiros períodos estão cobertos pela primeira matriz (ANEXO 1). O quarto período (e mais recente) está coberto pela segunda matriz (ANEXO 2). Todos os dados constantes da presente pesquisa encontram-se organizados em torno desses quatro períodos.

A tabela a seguir traz quantidades absolutas de teses e dissertações defendidas na área de Direito Administrativo ao longo dos quatro períodos analisados:

¹⁴ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Formação da teoria do direito administrativo no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 282, 284 e 390.

¹⁵ Nesse mesmo sentido, não foram considerados como egressos os discentes vinculados a outros programas de pós-graduação (da USP ou externos à USP), eventualmente coorientados por docentes da área. Foram, contudo, consideradas as coorientações envolvendo docentes da área de direito administrativo e outros docentes de outras áreas do mesmo programa (pós-graduação em direito, FDUSP).

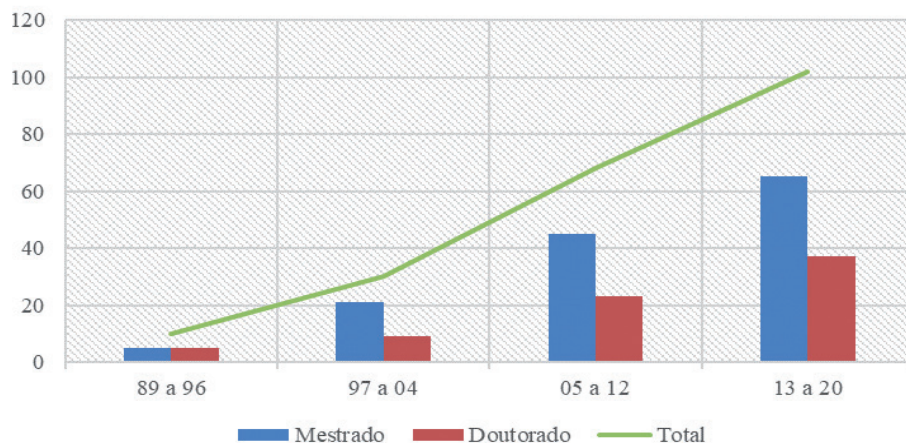
Tabela 1
Teses e dissertações na área de Direito Administrativo
(quantitativo, pós-88)

	89 a 96	97 a 04	05 a 12	13 a 20
Mestrado	5	21	45	65
Doutorado	5	9	23	37
Total	10	30	68	102

O crescimento da área, ainda que não seja abrupto, é extremamente significativo, como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico

Evolução - área de direito administrativo - pós-88



Mas, aqui, é preciso fazer o trânsito do universo de teses e dissertações para o perfil de egressos. Devido à sequência entre mestrado e doutorado, comum na tradição universitária brasileira, não são todas as dissertações de mestrado que indicam “egressos” do programa. Dito de maneira simples, uma área só registra “egressos de mestrado”, em sentido próprio, quando seu autor opta por não defender uma tese de doutorado na mesma área. No mesmo sentido, contar todas as teses e dissertações como “egressos” produziria o equívoco de contar duas vezes o mesmo pesquisador – uma vez por seu mestrado, outra por seu doutorado – o que produziria importantes distorções na elaboração dos perfis.

Assim, para essa pesquisa, adotou-se o seguinte procedimento: (i) foram calculados, antes do levantamento estatístico, quais pesquisadores apareciam em duplicidade nas matrizes, por terem desenvolvido, na área de Direito Administrativo,

tanto uma dissertação de mestrado quanto uma tese de doutorado; (ii) pesquisadores que se enquadravam nessa hipótese – grifados em azul nos ANEXOS 1 e 2 – foram contados como egressos ao tempo da conclusão de suas teses de doutorado, último título da formação no âmbito da pós-graduação brasileira; (iii) considerou-se como universo de todas as informações aqui apresentadas o número de egressos em cada um dos períodos analisados, e não o número de teses e dissertações; (iv) apurou-se o percentual que, em cada período, corresponde ao número de doutorados precedidos por mestrados e mestrados seguidos de doutorados; (v) para o último período (2013-2020), considerou-se que todas as dissertações de mestrado produziram egressos, na medida em que eventuais doutorados consecutivos se encontram ainda em andamento.

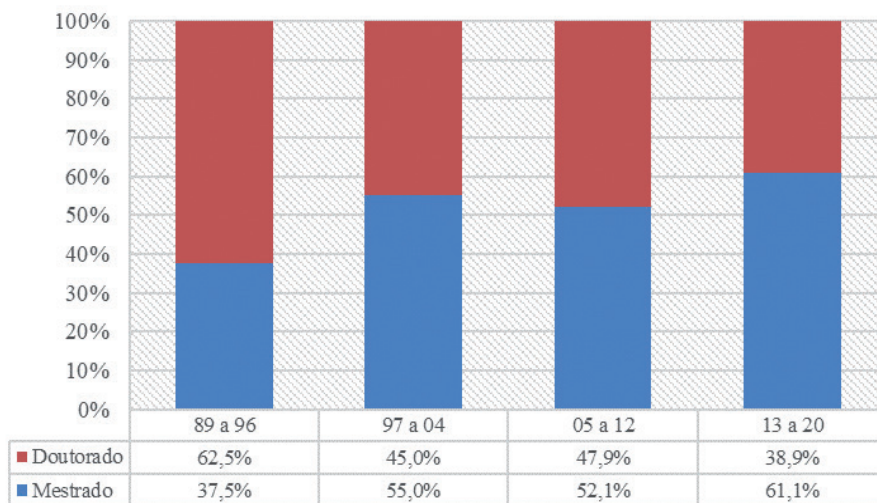
Uma simples comparação ilustra o problema. No primeiro período analisado (1989-1996), há 10 teses e dissertações, contra 08 egressos (porque dois pesquisadores buscaram o doutorado na sequência da obtenção do título de mestre). No segundo período (1997-2004), há 30 teses e dissertações contra 20 egressos. No terceiro período (2005-2012), há 68 teses e dissertações contra 48 egressos. No quarto período (2013-2020), há 102 teses e dissertações contra 95 egressos. É preciso, portanto, ter atenção ao denominador do cálculo. Todos os dados apresentados neste trabalho, abaixo, tomam como universo o *número de egressos*, e não a quantidade de teses e dissertações.

Comparando os períodos entre si, no primeiro, 70% das teses e dissertações são ou doutorados escritos na sequência de um mestrado na mesma área (Direito Administrativo), ou mestrados escritos preliminarmente a teses de doutorado na mesma área. Os outros 30% se constituem, nesse caso, de doutorados escritos sem prévia dissertação de mestrado (“doutorados diretos”), mestrados que não foram seguidos de doutorados (títulos de mestre como formação final em pós-graduação), ou ainda de situações de exogenia relativa da área (doutorados escritos por mestres em outras áreas, ou mestrados que foram sucedidos por doutorados em outras áreas). No segundo período (1997-2004), esse percentual cai de 70% para 66,7%. No terceiro período (2005-2012), cai de 66,7% para 58,8%. Para o quarto período (2013-2020), o cálculo não se aplica, na medida em que ainda não é possível avaliar com alguma precisão quantos mestrados serão seguidos de doutorado na mesma área, na medida em que eventuais doutorados consecutivos se encontrem ainda em andamento. É de se notar, no entanto, uma tendência de queda nesse “percentual de continuidade” entre mestrado e doutorado, o que *pode* indicar tanto o aumento da exogenia da área de Direito Administrativo quanto a relativa autonomização funcional entre os dois títulos.

Feita, portanto, a ressalva sobre o denominador dos dados percentuais aqui apresentados – insista-se, o quantitativo de egressos – é possível avançar na análise. Ainda na discussão da relação entre mestrado e doutorado, observa-se o percentual de egressos por título:

Gráfico 2

Percentual de egressos, por titulação (1989-2020)



O gráfico ilustra tendência de aumento do percentual de egressos do programa com o título de mestre, o que é esperável diante da progressiva evolução do número de dissertações de mestrado (Gráfico 1). Mas ele também sugere, se tomado em conjunto com os demais dados aqui apresentados, que o título de mestre, para parte significativa dos discentes do programa, é suficiente diante de suas aspirações profissionais e pessoais.

3. Perfil dos egressos: visão geral

Tendo atravessado brevemente a discussão sobre mestrado e doutorado, a pesquisa chega ao seu objetivo imediato: o perfil dos egressos. Nesta seção, propõe-se uma visão geral, de todo, para na seção subsequente (seção 4), detalhar o perfil profissional dos egressos, por título, ao longo dos quatro períodos analisados.

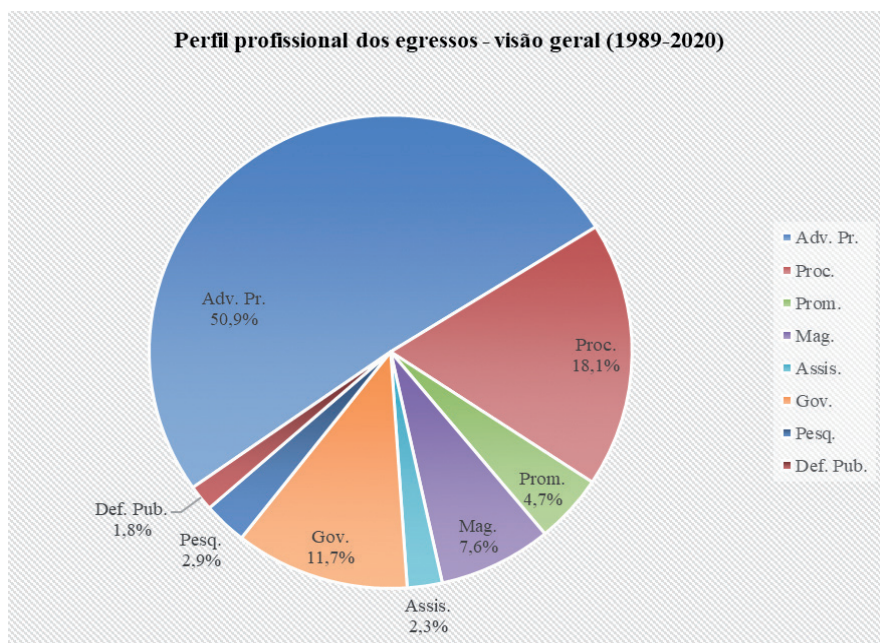
Os egressos foram agrupados no universo das seguintes profissões jurídicas: (i) advogados, consultores jurídicos, autônomos, sócios de escritório de advocacia, administradores de empresas e membros de bancas de advogados, excetuando-se os advogados e defensores públicos (a categoria foi abreviada como “**Adv. Pr.**”); (ii) advogados públicos e procuradores, excetuando-se os procuradores de justiça (“**Proc.**”); (iii) promotores, procuradores de justiça, e demais órgãos do Ministério Público (“**Prom.**”); (iv) juízes, desembargadores e demais magistrados judiciais (“**Mag.**”); (v) assistentes comissionados em tribunais, judiciais ou administrativos (“**Assis.**”); (vi)

agentes em funções de governo e de burocracia administrativa, excetuando-se posições judiciais e advocatícias (“**Gov.**”); (vii) pesquisadores dedicados à docência e à pesquisa em tempo integral (“**Pesq.**”); e (viii) defensores públicos concursados (“**Def. Pub.**”)

No caso de egressos com mais de um enquadramento possível, considerou-se o mais duradouro, especialmente no caso dos aposentados. Subsidiariamente, nas hipóteses em que não foi possível avaliar a duração do vínculo, considerou-se a atividade profissional mais recente.¹⁶

Uma visão global dos egressos, somando os trinta e dois anos analisados e sem qualquer distinção de título, produz a seguinte distribuição:

Gráfico 3

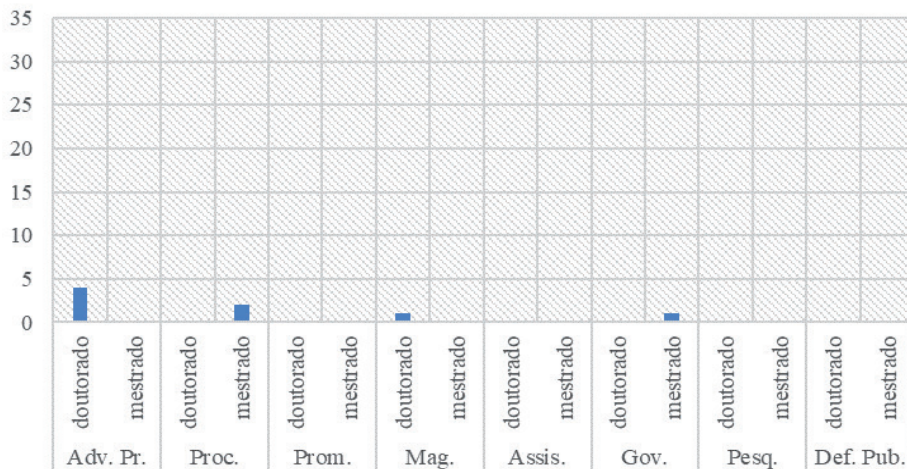


Considerando os períodos em que a pesquisa se divide, bem como a diferença de título (mestrado e doutorado), o número de egressos se distribui por profissão jurídica da seguinte maneira:

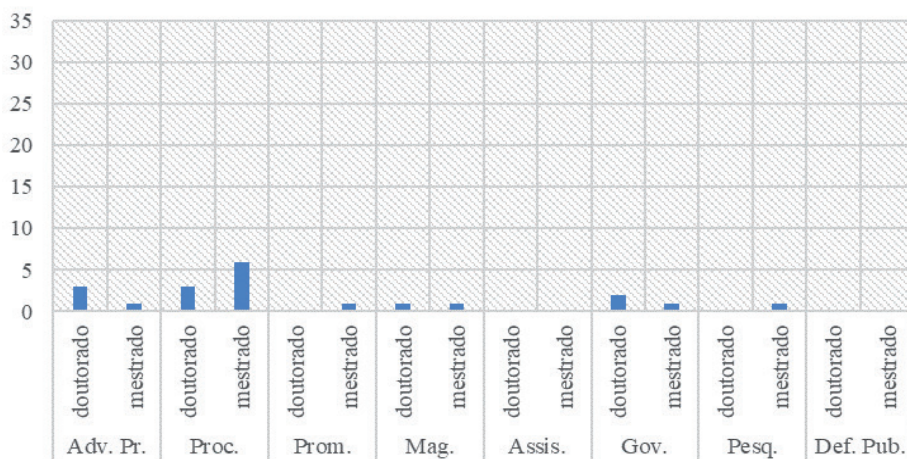
¹⁶ No caso de procuradores que também exercem, em concomitância, a advocacia privada, priorizou-se o vínculo público.

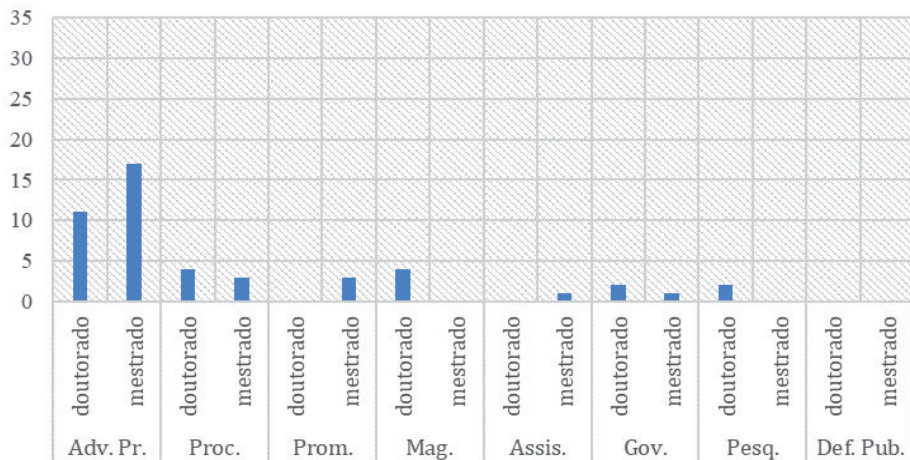
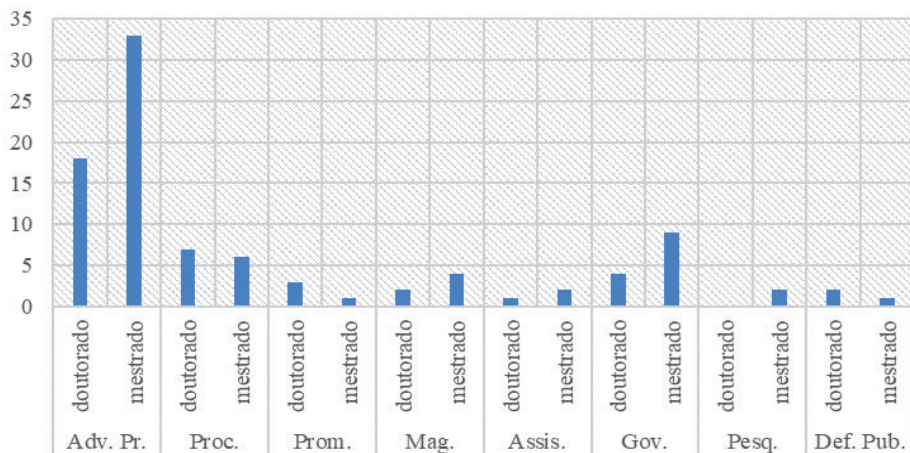
Gráfico 4
Quantitativo de egressos por profissão jurídica

89 a 96



97 a 04



05 a 12**13 a 20**

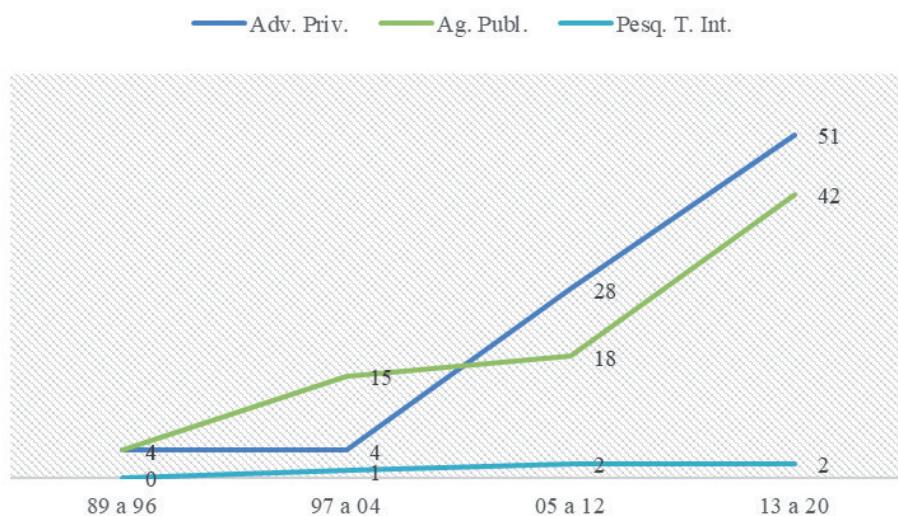
Dentre os diversos padrões que podem ser observados nos gráficos acima, destaca-se o predomínio da advocacia entre os egressos. Juntos, advogados e procuradores respondem por algo em torno de 70% dos egressos da área (Gráfico 3). No entanto, o predomínio de procuradores parece ter dado lugar, nos últimos dezesseis anos, à prevalência da advocacia privada (Gráfico 4). Chama atenção também o percentual baixo, mas relativamente estável, de egressos ocupados com a magistratura e com funções governamentais (Gráfico 4).

Um ponto que também parece estar claro é o de que o crescimento da área de Direito Administrativo não é apenas quantitativo, mas também qualitativo. Se no primeiro período analisado os egressos se dividem basicamente entre profissões jurídicas mais “tradicionais” – advocacia e magistratura – no quarto há egressos em todas as profissões jurídicas examinadas.

Do ponto de vista evolutivo, parece também confirmada a transição de um perfil mais próximo da administração pública, do “múnus público”, para um perfil mais próximo do mercado (setor de serviços). Se forem agrupadas todas as profissões organicamente públicas – procuradoria, promotoria, magistratura, assistência, governo e defensoria – e contrastadas com a advocacia privada e com a pesquisa profissional, produz-se o seguinte cenário:

Gráfico 5

**Perfil de egressos na área de direito administrativo:
público vs. privado (1989-2020)**



As curvas do gráfico permitem, inclusive, mapear o momento em que a transição ocorre, por volta da primeira década de 2000, quando a curva da advocacia privada (“Adv. Priv.”) toca a curva das profissões organicamente públicas (“Ag. Pub.”).

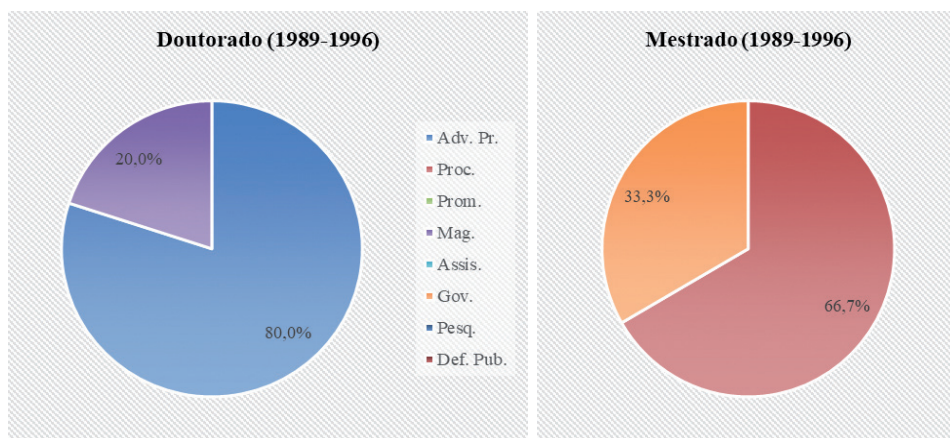
Particularidade da área, a transição parece ser uma expressão do que, no plano teórico, vem sendo descrito como uma passagem, metodológica, de um Direito Administrativo “*ex parte principie*” para um Direito Administrativo “*ex parte populi*”.¹⁷

O gráfico também aponta para o surgimento, ainda que tímido, de egressos em dedicação integral à docência e à pesquisa (“Pesq. T. Int.”).

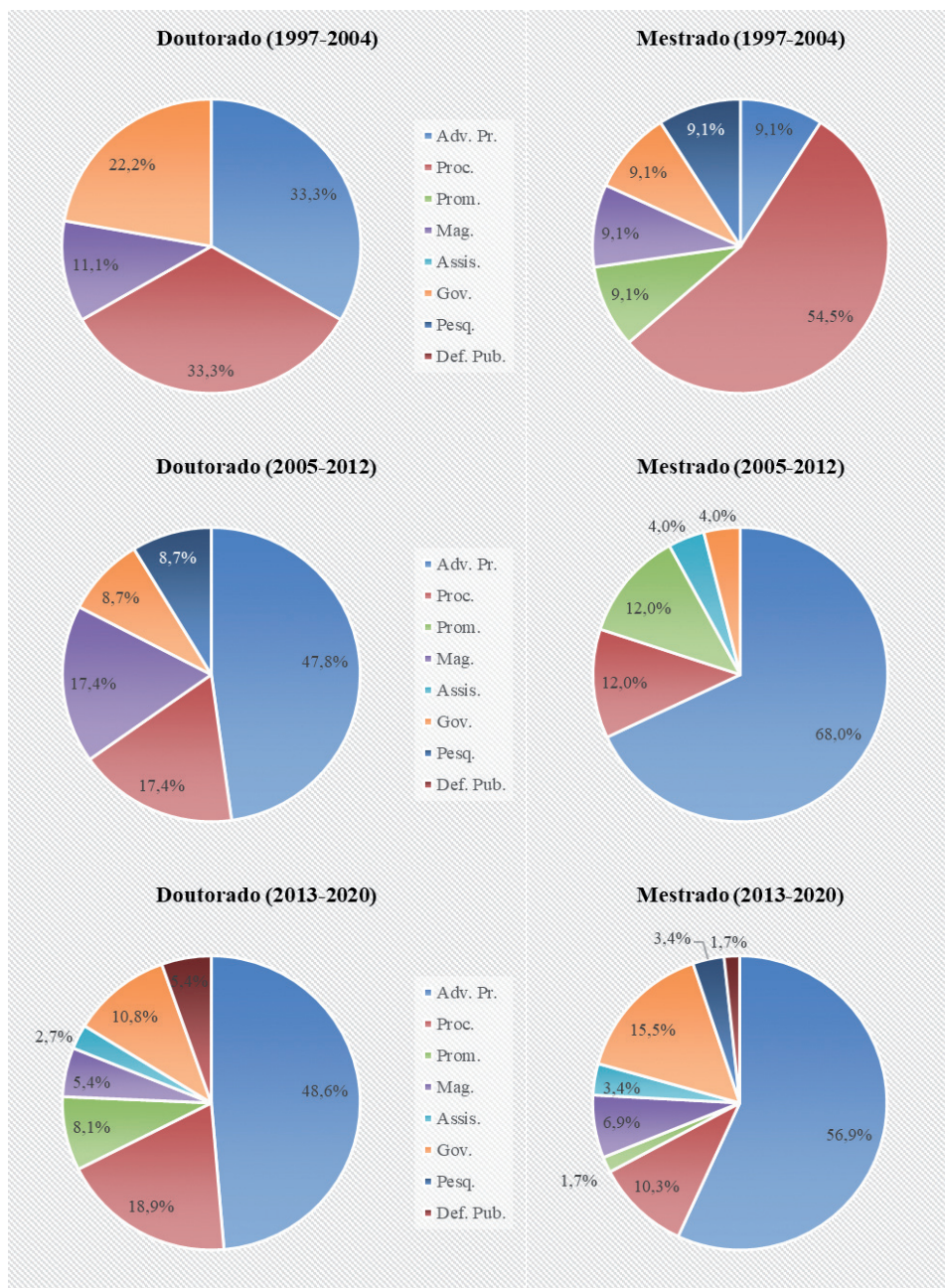
4. Perfil dos egressos: visão detalhada

O detalhamento dos dados apresentados no tópico anterior procura correlacionar o maior número possível de variáveis em torno do perfil profissional dos egressos. Assim, investiga-se a ocupação dos egressos por período e por título, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 6
Perfil de egressos por período e por título



¹⁷ Para esse diagnóstico, v. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. A bipolaridade do direito administrativo e sua superação. SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (org.). *Contratos públicos e direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2015, especialmente p. 367-382



Os cálculos que proporcionaram a apuração de todos os percentuais acima se encontram detalhados no ANEXO 3.

Longe de buscar uma análise exauriente de todas as informações trazidas acima, o que evidentemente fugiria ao escopo deste artigo, o propósito desta seção é o de simplesmente mapear em detalhes a evolução dos perfis de egressos nos períodos analisados.

Assim, é possível explorar, por exemplo, a correlação entre as profissões jurídicas, os títulos e os períodos de tempo. Por exemplo, é possível levantar hipóteses como a de que egressos no mestrado (ou seja, os egressos que não buscam em sequência o título de doutor) são majoritariamente advogados. Ou, no mesmo sentido, a hipótese de que os egressos em funções judiciais buscam, de maneira geral, o título de doutor. Ou ainda, a hipótese mais geral de que o mestrado é comparativamente mais propício a refletir tendências profissionais e oscilações de ocasião (antes em relação à procuradoria, depois em relação à advocacia) do que o doutorado, cuja distribuição de egressos se mantém mais constante nos quatro períodos observados.

Nada disso é conclusivo, mas é justamente aí onde está a importância desse tipo de investigação. A confirmação de hipóteses como essas depende de pesquisa empírica ulterior, mas que pressupõe, de toda maneira, uma etapa preliminar na qual dados da realidade social possam se traduzir em informações capazes de sustentar um projeto de pesquisa.

Busca-se, em síntese, consolidar um repositório de dados sobre *quem* desenvolve a ciência jurídica no Brasil. O que se traz nesta seção é, portanto, de interesse não apenas das instâncias de gestão do ensino superior no Brasil, como também da sociologia brasileira que volta ao estudo das profissões jurídicas contemporâneas.

5. Perfil dos egressos: docência

A última parte da pesquisa realizada se volta à docência. É bastante conhecida a intuição geral de que os programas de pós-graduação – e especialmente um programa tão tradicional quanto o da Faculdade de Direito da USP – são vocacionados a formar docentes. Mas, no presente universo de pesquisa – a área de Direito Administrativo – de que maneira isso tem acontecido? Quantos docentes o programa formou? Egressos do mestrado ou do doutorado? Esses docentes trabalham em que tipo de instituição? Lecionam para quem? Em que nível de formação?

Para direcionar essas respostas, a pesquisa do percentual de docentes levou em consideração não só o número absoluto de egressos docentes (Tabela 2 e Gráfico 7, a seguir), mas também o título a eles conferido pelo programa (mestrado ou doutorado), e o tipo de instituição de ensino em que lecionam. Nesse último aspecto, as instituições analisadas foram agrupadas em três grandes grupos: (i) instituições de ensino superior públicas; (ii) instituições de ensino superior privadas; e (iii) instituições que oferecem

curso de pós-graduação lato sensu, especialização, mestrados profissionalizantes e demais modalidades de atualização direcionadas ao mercado.

Considerando-se os quatro períodos analisados, bem como a diferença entre mestrado (M) e doutorado (D), tem-se o seguinte quantitativo:

Tabela 2

Quantitativo de egressos docentes, por título e modalidade de docência (1989-2020)

	89 a 96		97 a 04		05 a 12		13 a 20	
	D	M	D	M	D	M	D	M
Universidades Públicas	1	0	3	0	7	1	1	0
Universidades Privadas	2	0	2	2	2	1	8	1
PG lato, Esp., Cursos Prof.	2	0	0	0	4	1	7	0

Gráfico 7

Quantitativo de egressos docentes e evolução do programa

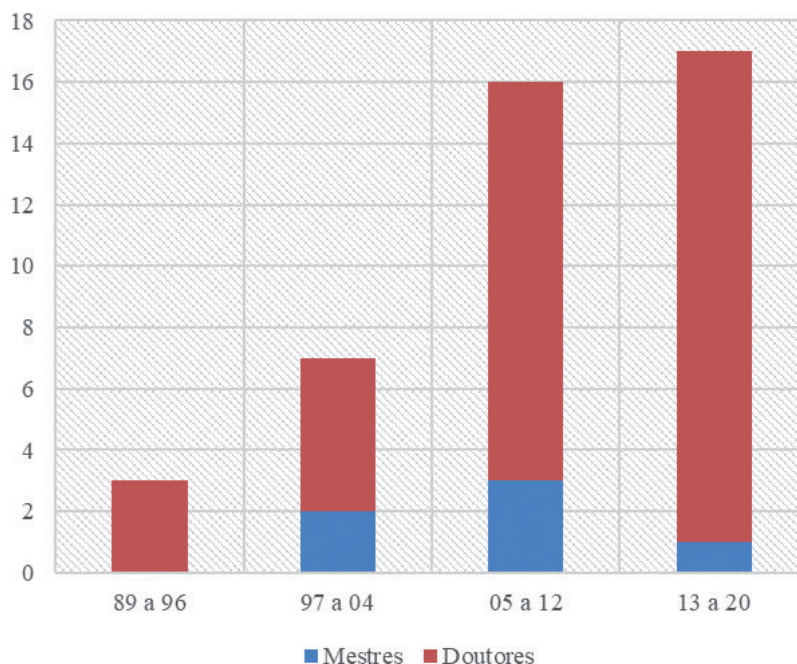


Gráfico 8

Egressos docentes: modalidade de docência

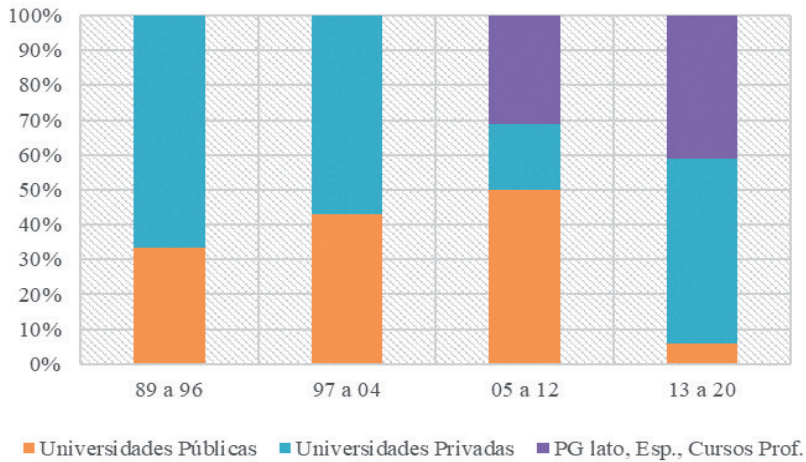
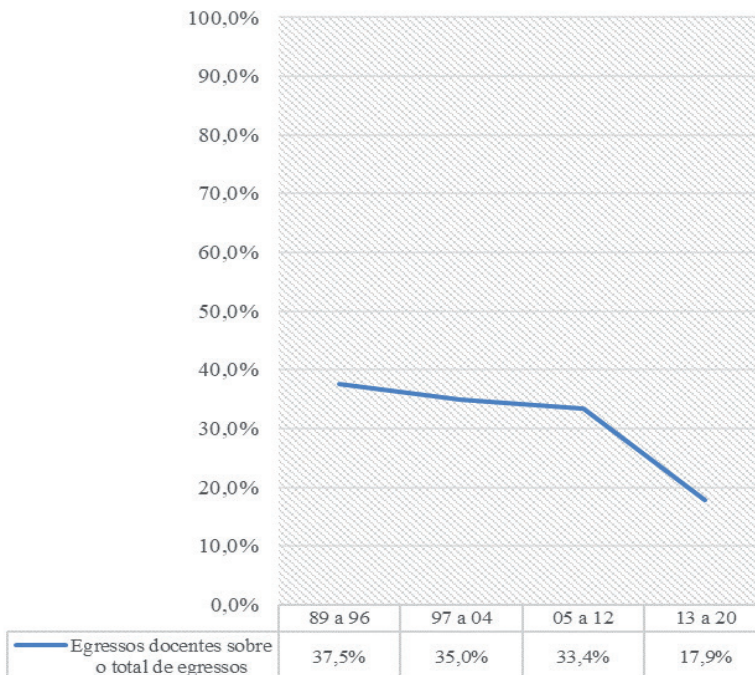


Gráfico 9

Percentual de egressos docentes (pós-88)



Os dados sobre egressos docentes devem ser interpretados com cuidado. Há, de fato, um aumento na quantidade absoluta de docentes formados pelo programa de pós-graduação na área de Direito Administrativo (Gráfico 7). Porém, essa informação precisa ser lida em cotejo com o crescimento expressivo do programa no período analisado (Gráfico 1). O que se observa, em termos percentuais, é a queda no percentual de egressos que se ocupa da docência, acentuadamente no período mais recente (2013-2020). Como aponta o Gráfico 9, o percentual de docentes, que vinha estabilizado próximo a um terço do total de egressos desde a década de 1980, não tem conseguido acompanhar a mesma velocidade de crescimento do programa, caindo para menos de 18% no último período observado.

Dessa maneira, do ponto de vista estatístico, o programa, ao menos no estudo de caso analisado, tem formado menos professores. Essa tendência pode estar ligada tanto a mudanças no perfil dos discentes que buscam o programa, quanto a problemas de ordem conjuntural, como a retração dos investimentos públicos em ensino superior a partir de 2016, a superveniência da “PEC da bengala” em 2015, e as políticas de esvaziamento praticadas nas universidades públicas, especialmente federais, a partir de 2019.

Isso não significa, naturalmente, que haja menos “intenções de docência” entre os discentes do programa. O dado indica, apenas, que os egressos do programa têm encontrado, em termos proporcionais, menores “oportunidades de docência”.¹⁸ Nesse sentido, a observação das intenções discentes, bem como de sua eventual “frustração” diante de condições conjunturais menos favoráveis, é passível de verificação empírica, e pode constituir pergunta de pesquisa no interesse de trabalhos futuros, lançados sobre as bases do presente levantamento. Por ora, basta assinalar que há uma notável diminuição do que se poderia denominar como “vocação de formação docente” do programa, o que parece estar associado a um fenômeno recente e complexo, ainda não completamente conhecido, ligado a uma combinação de fatores envolvendo, em alguma proporção, mudanças no perfil discente e alterações da conjuntura social.

Em favor de uma perspectiva mais conjuntural dessa tendência, o Gráfico 8 assinala a retração da docência em universidades públicas no último período. Parece estar em curso, por razões que também merecem investigação empírica aprofundada, uma verdadeira “migração” dos egressos docentes para as instituições de ensino superior privadas.

Outra variável relevante, nessa distribuição, é a introdução e o crescimento de uma “terceira” modalidade de docência, voltada à especialização e à atualização profissional. Isso coincide com a explosão, nas últimas duas décadas, dos

¹⁸ Devo esta ponderação a Fernando Dias Menezes de Almeida, que gentilmente a apresentou diante da leitura de uma versão preliminar deste capítulo.

cursos de “mestrado profissionalizante”, “especialização jurídica” e “pós-graduação lato sensu”, oferecidos sobretudo por instituições privadas, por vezes em colaboração com associações de advogados. Sendo, aliás, o “advogado” o perfil dominante na área examinada (Gráficos 4, 5 e 6), é mesmo de se esperar que essa modalidade de docência atraia especial atenção dos egressos. Em síntese, a retração da docência nas universidades públicas parece vir acompanhada da expansão de iniciativas de ensino superior imbuídas de viés precipuamente mercadológico.

Por fim, é preciso notar a tradição de prevalência, na área examinada, de doutores entre os egressos docentes (Gráfico 7). De um lado, isso reforça a conexão histórica do programa com a docência em universidades públicas, para as quais, no pós-88, o título de doutor é condição de ingresso. Por outro lado, parece assinalar que mesmo as instituições privadas têm, paulatinamente, exigido o doutorado de seus docentes.

De qualquer maneira, essa tendência parece apontar que a “vocação de formação docente” do programa é muito mais ligada ao doutorado do que ao mestrado. Com efeito, o que se observa, ao menos na área de Direito Administrativo, é uma forte “inclinação ao doutorado” por parte dos discentes com ambições docentes, o que pode sugerir um elemento não trivial – a formação docente – como critério-chave de diferenciação funcional entre o mestrado e o doutorado.

Conclusão

A pesquisa aqui apresentada é mais importante por aquilo que ela deixa em aberto do que por aquilo que ela efetivamente responde. Mapear profissionalmente os egressos de um programa tão grande e tão diversificado como o da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, entretanto, não poderia ter qualquer pretensão que não fosse a de levantar dados capazes de informar hipóteses. Quais são essas hipóteses, e qual sua validade empírica, são questões que compõem uma agenda de pesquisa que estudos como este têm a pretensão de fomentar e, no limite, induzir.

Não há hipótese, por mais abstrata que seja, que não parta de um problema razoavelmente diagnosticado. E, como foi dito, é esse o propósito de um levantamento que dá a conhecer algo que é, simultaneamente, tão presente e tão ausente na realidade de um programa de pós-graduação. Tão presente porque egressos são, ainda na condição de discentes, a razão de ser de qualquer experiência de ensino e pesquisa em pós-graduação. Vivem o programa, e é a partir dessa vivência que o programa se identifica e se constitui. Tão ausente porque, como se referiu na seção 1 deste artigo, dados sobre egressos são escassos, difusos, difíceis de obter e de sistematizar. Mas é preciso trazer visibilidade para o perfil de egressos, sob pena de não se conseguir diagnosticar *quem se tem formado* na pós-graduação em Direito no Brasil.

Esse diagnóstico é, portanto, a etapa prévia de toda e qualquer hipótese sobre a formação jurídica de nível superior. Sem clareza sobre o perfil do que se forma, é impossível compreender as bases da formação jurídica nacional, ou endereçar qualquer proposta de mudança nas condições presentes. E isso, como mencionado na seção 4 deste artigo, é algo que interessa tanto ao sociólogo do ensino jurídico quanto ao gestor, público ou privado, que esteja em condição de problematizar a formação jurídica em pós-graduação. Só é possível avançar na questão sobre *quem se quer formar* na pós-graduação quando há clareza sobre *quem se tem formado* na pós-graduação.

Dessa clareza de diagnóstico depende tanto a sociologia do ensino jurídico – tópico tradicionalmente prestigiado na sociologia jurídica brasileira – quanto a gestão universitária do ensino jurídico – que no momento atravessa, no plano regulatório nacional, crise política sem qualquer precedente. Dessa clareza depende, em uma síntese mais estrutural, porém não menos crítica, a própria ciência jurídica em formação.

ANEXO 1

- 1989 – 1996

STERMAN, Sonia	Responsabilidade do Estado pelos danos causados por movimentos multitudinários	1989	Dissertação de mestrado	José Cretella Júnior
OLIVEIRA, Heli Alves de	Do licenciamento ambiental	1989	Dissertação de mestrado	José Cretella Júnior
UYEDA, Massami	Da competência em matéria administrativa	1992	Tese de doutorado	José Cretella Júnior
CINTRA, Fernando Pimentel	O princípio da subsidiariedade no direito administrativo	1993	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
CASTRO, Carlos Borges de	O desvio de finalidade nas licitações	1993	Tese de doutorado	José Cretella Júnior
PEREIRA, Marcelo	O serviço público na atualidade	1993	Tese de doutorado	Odete Medauar
CASTILHO, Jocélia de Almeida	A 'exceptio non adimpleti contractus' no âmbito do direito administrativo	1994	Dissertação de mestrado	José Cretella Júnior
GOMES, Antonieta Rosa	Da mutabilidade dos contratos administrativos	1994	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira do	Privatização no Estado contemporâneo	1994	Tese de doutorado	Odete Medauar
OLIVEIRA, Heli Alves de	O princípio da publicidade no direito administrativo	1995	Tese de doutorado	Odete Medauar

• 1997 – 2004

LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo	Concessões de serviço público de rádio e televisão	1997	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
PEREZ, Marcos Augusto	Institutos de participação popular na administração pública	1999	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
PORFÍRIO JÚNIOR, Nelson de Freitas	Responsabilidade do Estado em face do dano ambiental	1999	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
TOBA, Marcos Maurício	Contornos modernos da teoria do processo administrativo	1999	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
CINTRA, Fernando Pimentel	O princípio da subsidiariedade e as formas de parceria aplicáveis ao ensino público de nível básico	1999	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos	Licença urbanística	1999	Tese de doutorado	Odete Medauar
RAMOS, Dora Maria de Oliveira	Aspectos jurídicos da terceirização no âmbito da administração pública	2000	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva	Probidade administrativa	2000	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
BUCCI, Maria Paula Dallari	Direito administrativo e políticas públicas	2000	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
ZAGO, Livia Maria Armentano Koenigstein	O princípio da impessoalidade	2000	Tese de doutorado	Odete Medauar
TANAKA, Sônia Yuriko	Concepção dos contratos administrativos	2001	Tese de doutorado	Odete Medauar
ALMEIDA, Maria Tereza Perez de	O Estado e a responsabilidade civil por omissão na proteção ao meio ambiente	2001	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de	Responsabilidade extracontratual das entidades prestadoras de serviços públicos	2001	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
LAMY, Marcelo	A utilização da franquia pela administração pública	2001	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de	Responsabilidade civil extracontratual por omissão do Estado	2002	Dissertação de mestrado	Odete Medauar

LOUREIRO FILHO, Lair da Silva	Responsabilidade pública por atividade judiciária	2002	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
NOHARA, Irene Patrícia	O motivo no ato administrativo	2002	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SANTOS, Fábio Ribeiro dos	O exercício do poder de polícia no direito ambiental	2002	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
SANTOS NETO, João Antunes dos	Da anulação 'ex officio' do ato administrativo	2002	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
BASTOS, Aline Dias	Conceitos jurídicos i n d e t e r m i n a d o s : discricionariedade ou vinculação	2002	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
KIM, Richard Paulo Pae	Responsabilidade do Estado nas ocupações ilícitas	2002	Tese de doutorado	Odete Medauar
AMORIM, Anadil Abujabra	Sanções administrativas ambientais	2002	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
TOBA, Marcos Maurício	Novos parâmetros de atuação da administração pública	2003	Tese de doutorado	Odete Medauar
DI PIERRO JÚNIOR, Miguel Thomaz	A desapropriação urbanística	2003	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva	O princípio da transparência administrativa	2003	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
LACERDA, Paulo Francisco Bastos Von Bruck	Fundamentos do processo administrativo disciplinar: justiça administrativa	2004	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
RAMOS, Dora Maria de Oliveira	O poder sancionatório da administração pública	2004	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
PINTO, Luciana Ferreira Leite	O 'contrato de gestão': instrumentos para a reforma da administração pública	2004	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
RACHED, Danielle Hanna	O devido processo legal da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	2004	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
HORBACH, Carlos Bastide	Teoria das nulidades do ato administrativo	2004	Tese de doutorado	Odete Medauar

- 2005 – 2012

CASAGRANDE FILHO, Ary	Os julgamentos administrativos das agências reguladoras em face do art. 5º, XXXV, da Constituição da República	2005	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
TUCUNDUVA SOBRINHO, Ruy Cardozo de Mello	Atos administrativos editados pelo poder judiciário	2005	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
ROCHA, Regina Bernardes	Dispensa e inexigibilidade: exceções legais à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório nas contratações efetuadas pela administração pública	2005	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Sílvio	O controle externo da administração pública pelo tribunal de contas	2005	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
SHECAIRA, Cibele Cristina Baldassa Muniz	Agências reguladoras: princípio da eficiência e controle judicial	2005	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
PORFÍRIO JÚNIOR, Nelson de Freitas	Acordos ambientais	2005	Tese de doutorado	Odete Medauar
ARAGÃO, Alexandre Santos de	A dimensão e o papel dos serviços públicos no Estado democrático	2005	Tese de doutorado	Odete Medauar
MARRARA, Thiago	A teoria do domínio público urbano e as infra-estruturas de serviços públicos	2005	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino	O contrato de gestão na administração pública brasileira	2005	Tese de doutorado	Odete Medauar
PEREZ, Marcos Augusto	O risco no contrato de concessão de serviços públicos	2005	Tese de doutorado	Odete Medauar
BARRETO, Dora Maria Vendramini	A prova no processo administrativo disciplinar	2006	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
NOIA, Fernanda da Cruz	Efeitos do tombamento sobre a propriedade privada	2006	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida

OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de	Regime próprio dos servidores públicos: princípios do equilíbrio financeiro e atuarial, da contribuição e da solidariedade	2006	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SANTOS, Fábio Ribeiro dos	O poder normativo do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama	2006	Tese de doutorado	Odete Medauar
SANTOS NETO, João Antunes dos	O impacto dos direitos humanos fundamentais no direito administrativo	2006	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SALGADO FILHO, Nilo Spinola	Contrato administrativo: efeitos da invalidação	2006	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
NOHARA, Irene Patrícia	Limites à razoabilidade nos atos administrativos	2006	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
BAPTISTA, Patrícia Ferreira	Segurança jurídica e proteção da confiança legítima no direito brasileiro análise sistemática e critérios de aplicação no direito administrativo brasileiro	2006	Tese de doutorado	Odete Medauar
CARVALHAES NETO, Eduardo Hayden	Regulação da universalização de serviços públicos concedidos: o caso brasileiro dos serviços de telecomunicações	2007	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
GUIMARÃES, Bernardo Strobel	Da regulação como função de direito administrativo	2007	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SCORSIM, Ericson Meister	Estatuto dos serviços de televisão por radiodifusão	2007	Tese de doutorado	Odete Medauar
FALDINI, Cristiana Correa Conde	Responsabilidade do Estado pela prática de atos lícitos	2007	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
FRANCO, João Honório de Souza	Responsabilidade extracontratual do Estado e improbidade administrativa	2007	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
ADAMI, Mateus Piva	A discricionariedade administrativa em face do princípio da eficiência	2007	Dissertação de mestrado	Florianio de Azevedo Marques Neto
MOTTA, Fabrício Macedo	A função normativa da administração pública no Brasil	2007	Tese de doutorado	Odete Medauar

PACHECO, Clarissa Dertonio de Sousa	O controle jurisdicional do silêncio administrativo	2008	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
VERZOLA, Maysa Abrahão Tavares	A sanção no direito administrativo brasileiro	2008	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
RIBEIRO, Luís Paulo Aliende	A regulação da função pública notarial e de registro	2008	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
CUNHA, Cláudia Polto	Contrato de gestão no contexto da evolução da administração pública	2008	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
GOMES, Wilton Luís da Silva	Inovações no regime jurídico das desapropriações	2009	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich	As garantias dadas ao particular nas parcerias público- privadas	2009	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
GREGÓRIO, Rita de Cássia Zuffo	A responsabilidade civil do Estado-juiz	2009	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
MARQUES, Fábio Ferraz	A prestação privada de serviços públicos no Brasil	2009	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
SCHOENMAKER, Janaina	Controle das parcerias entre o Estado e o terceiro setor pelos tribunais de contas	2009	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
NEGRINI, Ricardo Augusto	Os consórcios públicos no direito brasileiro	2009	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
MÂNICA, Fernando Borges	Participação privada na prestação de serviços públicos de saúde	2009	Tese de doutorado	Odete Medauar
MONTEIRO, Vera Cristina Caspari	A caracterização do contrato de concessão após a edição da Lei 11.079/2004	2009	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
TUCUNDUVA SOBRINHO, Ruy Cardozo de Mello	Prescrição no processo administrativo disciplinar	2009	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
MIRAGAYA, Rodrigo Bracet	A proteção da confiança legítima como princípio fundamental no direito administrativo atual	2010	Dissertação de mestrado	Floriane de Azevedo Marques Neto

PALMA, Juliana Bonacorsi de	Atuação administrativa consensual: estudos dos acordos substitutivos no processo administrativo sancionador	2010	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
SCHWIND, Rafael Walbach	Remuneração do particular nas concessões e parcerias público-privadas	2010	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich	As garantias dadas ao particular nas parcerias público-privadas	2010	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
LIMA, Carolina Caiado	O convênio administrativo colaborativo para transferência de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos como instrumento dos mecanismos diretos de fomento público	2010	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
SOUZA, Leandro Marins de	Parcerias entre a administração pública e o terceiro setor: sistematização e regulação	2010	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
LUVIZOTTO, Juliana Cristina	Responsabilidade civil do Estado legislador: atos legislativos inconstitucionais e constitucionais	2010	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
LINO, Fernanda Noia da Costa	A preservação do patrimônio cultural urbano: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas	2010	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
BOCAFOLI, Amarilis Inocente	Responsabilidade administrativa dos funcionários públicos por ineficiência	2010	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de	Concessão florestal: exploração sustentável de florestas públicas por particular	2010	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves	As funções extrajudiciais do ministério público: natureza jurídica, discricionariedade e limites	2011	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

SILVA, Maurício Jayme e	O regulamento autônomo de licitações e contratações das organizações sociais no âmbito da Lei federal nº 9.637/98	2011	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
HOHMANN, Ana Carolina Cavalcanti	Contratos de programa na Lei federal n. 11107/05	2011	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
CARVALHAES NETO, Eduardo Hayden	Contratos privados da administração pública: uma análise do regime jurídico aplicável	2011	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
GENOSO, Gianfrancesco	Princípio da continuidade do serviço público	2011	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
OLBERTZ, Karlin	Operação urbana consorciada	2011	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
TEDESCHI, Patrícia Pereira	Inovação tecnológica e direito administrativo	2011	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
FRANÇA, Maria Adelaide de Campos	Parcerias público-privadas: repartição objetiva de riscos	2011	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
GUIMARÃES, Bernardo Strobel	O exercício da função administrativa e o direito privado	2011	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SCHIRATO, Vitor Rhein	A noção de serviço público em regime de competição	2011	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
FRANCO, Marcos Roberto	Opoder de policia no contexto atual	2012	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
OLIVEIRA, Beatriz Lancia Noronha de	A arbitragem nos contratos de parceria público-privada	2012	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
TOGNETTI, Eduardo	Os limites do poder discricionário da administração pública na imposição de sanções administrativas - análise das sanções aplicáveis pelo Banco Central do Brasil	2012	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

BARROS, Laura Mendes Amando de	Participação popular, os Conselhos Municipais dos direitos da criança e adolescente e os convênios da administração com o terceiro setor na área da infância e juventude	2012	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
COSCIONE, Milene Louise Renée	A discricionariedade no processo decisório da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel	2012	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
CURY NETO, Michel	A competência fiscalizatória prévia do tribunal de contas nas licitações públicas	2012	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
IKENAGA, Ana Lúcia	A atribuição de nome como modo de exploração de bens públicos	2012	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
MESQUITA, Clarissa Ferreira de Melo	O regime jurídico do setor postal desafios contemporâneos e perspectivas para o setor	2012	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
GALVÃO, Ciro di Benatti	Parâmetros institucionais para a racionalidade administrativa local contemporânea	2012	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
BREGA, José Fernando Ferreira	Governo eletrônico e direito administrativo	2012	Tese de doutorado	Odete Medauar

ANEXO 2

- 2013 – 2020

PEDREIRA, Ana Maria	Responsabilidade do Estado por omissão: prevenção, precaução e controle	2013	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
JURKSAITIS, Guilherme Jardim	Dever de licitar: o caso da contratação direta de serviços advocatícios	2013	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da	Delegação do poder de polícia a entes privados	2013	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
NASCIMENTO, Mariana Chiesa Gouveia	O direito administrativo da política pública de regularização fundiária de interesse social nas cidades brasileiras	2013	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
CUNHA, Carlos Eduardo Bergamini da	A subsidiariedade como vetor objetivo de restrição à intervenção regulatória do Estado na economia: definição e instrumentalização	2013	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
REISDORFER, Guilherme Dias	Atuação privada na atividade urbanística: planejamento e contratualização	2013	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
MARQUES, Marcelo	Participação popular na administração pública e os deveres fundamentais: a face oculta do direito de participação	2013	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
VARELLA, Guilherme Rosa	Plano Nacional de Cultura: elaboração, desenvolvimento e condições de eficácia	2013	Dissertação de mestrado	Odete Medauar
CAGGIANO, Alvaro Theodor Herman Salem	Tratamento das nulidades no processo administrativo	2013	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
SANTOS, Fábio Gomes dos	Audiências públicas no direito brasileiro: perfil dogmático e funções desempenhadas	2013	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira

SALIONE, Beatriz Camasmie Curiati	Administração Pública por resultados e os contratos de gestão: um modelo de avaliação para as organizações sociais do Estado de São Paulo	2013	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
BARRETO, Dora Maria Vendramini	Prescrição administrativa	2013	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
GOMES, Wilton Luis da Silva	Articulações entre os setores público e privado em matéria urbanística	2013	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
PIRES, Gabriel Lino de Paula	Dinamicidade do controle jurisdicional sobre a Administração Pública: a ampliação do âmbito de controle decorrente da evolução do Direito brasileiro	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich	A remuneração do particular na execução de atividades públicas	2014	Tese de doutorado	Odete Medauar
ANGIOLUCCI, Maria de Lurdes Aparecida Trujillo	O controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários	2014	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
GHIDETTI, Luiz Gustavo Casillo	Improbidade Administrativa e a figura dos terceiros	2014	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
MEIRELES, Renata Nadalin	A parceria público-privada como instrumento de urbanização e remodelação urbana	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
FERRAZ, Ágata Bobbio Ferraz	Políticas públicas e o papel do Estado na efetivação de direitos constitucionais	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
GARÓFANO, Rafael Roque	A consensualidade nos contratos administrativos: do regime estatutário à parceria contratual	2014	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
SCHWIND, Rafael Wallbach	Participação estatal em empresas privadas: as empresas público-privadas	2014	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
KLEIN, Aline Lícia	Exercício de atividades de polícia administrativa por entidades privadas	2014	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

FERRO, Murilo Ruiz	Pontos de convergência entre as teses doutrinárias brasileiras quanto ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular	2014	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
OLIVEIRA, André Tito da Motta	Terceiro Setor e controle dos Tribunais de Contas: entre os lindes da transparência e da eficiência	2014	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
SILVA, Renata Gomes da	Coordenação entre os entes federados nas políticas públicas de habitação: análise do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
MONTEIRO, Vítor	O Contrato de Gestão como tipo contratual federativo	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
BATISTA, Emanuel Pedro Fernandes	Agências reguladoras e controle administrativo: uma análise da possibilidade de interposição de recurso hierárquico impróprio no âmbito decisório das agências nacionais de regulação	2014	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
SOUZA, Rafael Soares	Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública: o modelo brasileiro	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
ANDRADE, Carolina Castro	Os limites do poder discricionário do administrador e a discricionariedade como limite do controle judicial da Administração Pública: novos horizontes para a argumentação jurídica e sua recepção nos tribunais brasileiros	2014	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
CARVALHO, Paulo de Tarso Bilard de	O conceito jurídico do princípio de impessoalidade no direito administrativo brasileiro: uma releitura	2014	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

PALMA, Juliana Bonacorsi de	Atividade normativa da administração pública: estudo do processo regulatório normativo	2014	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
LOUREIRO FILHO, Lair da Silva	A competência do Município da zona costeira urbana	2014	Tese de doutorado	Odete Medauar
ISSA, Rafael Hamze	O controle judicial dos atos normativos das agências reguladoras	2015	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
ALTALE, Marcela de Lima	As garantias outorgadas por empresas estatais e concessionárias de serviços públicos em projetos de financiamento	2015	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
VIEIRA, Livia Wanderley de B. M.	Manifestação de interesse e propostas não solicitadas: mecanismos de contribuição para o alcance dos fins de interesse público nas parcerias público-privadas	2015	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
ZAGO, Marina Fontão	Uso derivado da contratação administrativa: direcionando o poder de compra estatal para a execução de políticas públicas	2015	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
CARVALHO, Juliane Erthal de	A importância da consensualidade na implantação da logística reversa	2015	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
BARELLI, Amanda Fabbri	A aplicabilidade da teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao processo administrativo: uma análise sob a perspectiva do direito antitruste	2015	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
BASTOS, Aline Maria Dias	Regime disciplinar do servidor público temporário	2015	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
CUCINELLI, Otavio Henrique Simão e	Da aplicação do princípio da insignificância aos atos da improbidade administrativa	2015	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
PINTO, Bruno Luis Amorim	O regime jurídico dos contratos de cooperação entre o Estado brasileiro e o terceiro setor	2015	Dissertação de mestrado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

TOGNETTI, Eduardo	Regime jurídico das contratações feitas por sociedades de economia mista e por empresas públicas exploradoras de atividade econômica	2015	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
CIAMPAGLIA, Márcia Cristina Nogueira	Ato administrativo inválido e restauração da legalidade	2015	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
RIBAS, Guilherme Favaro Corvo	A prova no processo administrativo de investigação de cartel	2015	Tese de doutorado	Odete Medauar
FABRE, Flávia Moraes Barros Michele	Função horizontal da licitação e da contratação administrativa	2015	Tese de doutorado	Odete Medauar
CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de	O princípio da impessoalidade nas decisões administrativas	2015	Tese de doutorado	Odete Medauar
RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves	Ações estatais restritivas de direitos individuais em benefício dos próprios titulares	2015	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
FREITAS, Marina Cardoso	As características contemporâneas da autorização nos serviços regulados: estudo do regime jurídico das atividades autorizadas	2016	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
MORENO, Maís	O processo administrativo na elaboração dos contratos de PPP: abertura à participação	2016	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves J. di	O papel das agências reguladoras na resolução de conflitos	2016	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
MARQUES JÚNIOR, José Jair	Prorrogação de exploração de concessão de serviço público: proposta de sistematização de um regime jurídico geral aplicável a essa modalidade impeditiva e modificativa da extinção concessória	2016	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto

ZAGO, Marina Augusta dos Santos	Federalismo no Brasil e na Alemanha: estudo comparativo da repartição de competências legislativas e de execução	2016	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
FERRAZ, André Tavares	Participação do usuário de transporte público urbano na administração pública	2016	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
ARAÚJO, Alexandra Fuchs de	Audiências públicas na reforma do Plano Diretor da Cidade de São Paulo: limites da participação popular	2016	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
ROSILHO, André Janjácómo	Controle das contribuições públicas pelo Tribunal de Contas da União	2016	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
HOHMANN, Ana Carolina Cavalcanti	O Direito administrativo global e sua influência para o desenvolvimento: Regulação e segurança jurídica para o ingresso de investimentos em infraestrutura no Brasil	2016	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
LEISTER, Ana Carolina Corrêa da Costa	A regulação na indústria do petróleo: uma análise da regulação do segmento de E&P no país a partir do paradigma da segurança energética	2016	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
NASCIMENTO, Mariana Chiesa Gouveia	Função administrativa na regulação do uso e da ocupação do espaço urbano	2017	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
LOBO FILHO, Fernando Rissoli	A Lei Anticorrupção e o regime jurídico do direito administrativo sancionador	2017	Dissertação de mestrado	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho	O processo administrativo participativo consensual como fonte de legitimidade dos atos administrativos e da administração pública	2017	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
CESAR, Roberta Bortot	Regulação dos serviços públicos: o caso da ANEEL	2017	Dissertação de mestrado	Vitor Rhein Schirato
TAVARES, Tiaia Mendes	Positivização de limites ao desenvolvimento de políticas públicas e seu controle judicial	2017	Dissertação de mestrado	Maria Sylvania Zanella Di Pietro

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da	Governança pública na administração contemporânea	2017	Tese de doutorado	Vitor Rhein Schirato
CARVALHO, Guilherme Siqueira de	O direito de acesso à informação e o sigilo econômico nas empresas estatais	2017	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
MIRAGAYA, Rodrigo Bracet	A sistematização dos meios de manifestação de vontade no direito administrativo e sua utilização como instrumentos de gestão	2017	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
BARROS, Laura Mendes Amando de	A auditoria cidadã como instrumento de mensuração da qualidade da democracia administrativa no município de São Paulo	2017	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
JUNQUEIRA, André Rodrigues	Arbitragem e administração pública: estudo de caso sobre as repercussões econômicas nas parcerias público-privada do estado de São Paulo	2017	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
VIANA, Camila Rocha Cunha	Administração pública contratual: o contrato como instrumento de efetivação de políticas públicas de infraestrutura	2017	Dissertação de mestrado	Vitor Rhein Schirato
SOARES, Leonardo Romano	Controles sobre as parcerias com organizações da sociedade civil: transparência, resultados e participação social	2017	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
PEDREIRA, Ana Maria	A regulação do ensino superior brasileiro e a necessidade de um novo modelo	2017	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
CARDINALI, Adriana Laporta	Instrumentos de solução de controvérsias no direito concorrencial brasileiro	2017	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
MUNIZ, Cibele Cristina Baldassa	Participação democrática na administração pública: audiências e consultas públicas na Lei 9784/99	2018	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo

MELONCINI, Maria Isabela Haro	Gestão democrática na elaboração do plano diretor: o caso do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.050/2014)	2018	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
LEFÉVRE, Mônica Bandeira de Mello	A vinculatividade e o controle dos acordos substitutivos da decisão administrativa	2018	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
RODRIGUES, Fernanda Esbizaro	Instrumentos jurídicos de atuação administrativa: estudo comparado Brasil-Alemanha	2018	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida
MERLOTTO, Nara Carolina	Agências reguladoras independentes e o Tribunal de Contas da União: limites do controle externo à regulação	2018	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
ALENCAR, Letícia Oliveira Lins de	Uma releitura do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviço público	2018	Dissertação de mestrado	Rodrigo Pagani de Souza
MOREIRA, Natalia Rebello	Atividade estatal de fomento à inovação tecnológica em empresas	2018	Dissertação de mestrado	Marcos Augusto Perez
FAGALI, Bruno Jorge	O acordo de leniência da legislação anticorrupção empresarial brasileira: o difícil equilíbrio entre sua utilidade e sua atividade	2018	Dissertação de mestrado	Marcos Augusto Perez
SAVIOLI, Anna Beatriz	Licitações como instrumento do fomento estatal	2018	Dissertação de mestrado	Marcos Augusto Perez
ROBERTO, Luís Fernando	Simplificação administrativa: o standard cost model aplicado ao Brasil	2018	Tese de doutorado	Rodrigo Pagani de Souza
FRANCO, Marcos Roberto	A flexibilização do princípio da supremacia do interesse público diante da democracia participativa	2018	Tese de doutorado	Edmir Netto de Araújo
COSTA, Luisa Maffei	O controle externo das contratações diretas realizado pelo Tribunal de Contas da União: uma análise de sua atuação a partir de casos concretos	2018	Dissertação de mestrado	Fernando Dias Menezes de Almeida

GALVÃO, Gabriel de Mello	Conceitos indeterminados, remissões normativas e interpretação sistemática de obrigações contratuais e regulatórias nas concessões de utilidades públicas	2018	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
SENA, Fernanda Vick Soares de	Administração pública democrática: conferências nacionais de educação	2018	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
PIRES, Gabriel Lino de Paula	O perfil da atuação do Ministério Público Brasileiro: os princípios institucionais da independência funcional, da unidade e da indivisibilidade sob a óptica da segurança jurídica	2018	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
ENEI, José Virgílio Lopes	Garantias de adimplemento da administração pública ao contratado nas parcerias público-privadas	2018	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
LIMA, Mário Márcio Saadi	O Estado como sócio minoritário qualificado: o regime jurídico das empresas semiestatais	2018	Tese de doutorado	Rodrigo Pagani de Souza
COSTA, Yahn Rainer Gnecco Marinho da	Delineamentos sobre a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas por atos de corrupção no Brasil	2019	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
BARROS FILHO, Wilson Accioli de	Acordos administrativos no âmbito dos precatórios requisitórios judiciais: um estudo dos modelos adotados por entes federados à luz do consensualismo	2019	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
BARCELOS, Daniel Ribeiro	Incentivos ao whistleblowing: a proteção do reportante na política de combate à corrupção no Brasil	2019	Dissertação de mestrado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
NERY, Ana Rita de Figueiredo	Interações políticas e a ação da administração pública	2019	Tese de doutorado	Maria Sylvia Zanella Di Pietro

JURKSAITIS, Guilherme Jardim	Equilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos	2019	Tese de doutorado	Fernando Dias Menezes de Almeida
ROTENBERG, Julia Schulz	A responsabilidade civil da Administração Pública pela perda de uma chance	2020	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
ISSA, Rafael Hamze	O fomento administrativo e sua implementação por empresas estatais	2020	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto
VALLE, Kamile Medeiros do	O controle de resultados no fomento às organizações da sociedade civil	2020	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
FERNANDES, Rafael Pereira	O controle externo pelo Tribunal de Contas da União da atividade administrativa de fomento do BNDES	2020	Dissertação de mestrado	Floriano de Azevedo Marques Neto
LUZIA, Cauê Vecchia	O dever de proporcionalidade na aplicação de sanções administrativas no regime de contratações públicas	2020	Tese de doutorado	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas	Contratos públicos na Lei de Inovação Tecnológica	2020	Dissertação de mestrado	Vitor Rhein Schirato
BORDA, Daniel Siqueira	O regime de licitação das empresas estatais na Lei 13.303/2016	2020	Dissertação de mestrado	Vitor Rhein Schirato
SILVA, Érico Xavier Desterro e	O controle da eficiência administrativa pelo Tribunal de Contas	2020	Dissertação de mestrado	Edmir Netto de Araújo
SILVA, Marco Aurélio de Barcelos	O mito dos serviços públicos - <i>publicatio</i> , monopólios e a regulação estatal da atividade econômica no Brasil	2020	Tese de doutorado	Floriano de Azevedo Marques Neto

ANEXO 3

89-96	D	%	M	%
Total	5	62,5%	3	37,5
Adv. Pr.	4	50,0%		0,0%
Proc.		0,0%	2	25,0%
Prom.		0,0%		0,0%
Mag.	1	12,5%		0,0%
Assis.		0,0%		0,0%
Gov.		0,0%	1	12,5%
Pesq.		0,0%		0,0%

97-04	D	%	M	%
Total	9	45,0%	11	55,0%
Adv. Pr.	3	15,0%	1	5,0%
Proc.	3	15,0%	6	30,0%
Prom.		0,0%	1	5,0%
Mag.	1	5,0%	1	5,0%
Assis.		0,0%		0,0%
Gov.	2	10,0%	1	5,0%
Pesq.		0,0%	1	5,0%

05-12	D	%	M	%
Total	23	47,9%	25	52,1%
Adv. Pr.	11	22,9%	17	35,4%
Proc.	4	8,3%	3	6,3%
Prom.		0,0%	3	6,3%
Mag.	4	8,3%		0,0%
Assis.		0,0%	1	2,1%
Gov.	2	4,2%	1	2,1%
Pesq.	2	4,2%		0,0%

13-20	D	%	M	%
Total	37	38,9%	58	61,1%
Adv. Pr.	18	18,9%	33	34,7%
Proc.	7	7,4%	6	6,3%
Prom.	3	3,2%	1	1,1%
Mag.	2	2,1%	4	4,2%
Assis.	1	1,1%	2	2,1%
Gov.	4	4,2%	9	9,5%
Def. Pub.		0,0%	2	2,1%
Pesq.	2	2,1%	1	1,1%